



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

CONTRATANTE (UASG)

153178

OBJETO

CONTRATAÇÃO SOB DEMANDA DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA MANUTENÇÃO PREDIAL DOS CAMPI CAMPO MOURÃO E GUARAPUAVA DA
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.371.426,27 (um milhão, trezentos e setenta e um mil quatrocentos e vinte e seis reais e vinte e sete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 10/06/2026 às 08h30 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

NÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

(Processo Administrativo nº23064.023346/2026-84)

TORNA-SE PÚBLICO QUE A UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, CAMPUS PONTA GROSSA, UASG 153178, INSCRITA NO CNPJ 75.101.873/0005-13, SEDIADA NA RUA DOUTOR WASHINGTON SUBTIL CHUEIRE, 330, JARDIM CARVALHO, **POR MEIO DO(A) DEPARTAMENTO DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, CAMPUS GUARAPUAVA**, SEDIADO(A) NA AV. GUARAPUAVA, 800, CIDADE DOS LAGOS, GUARAPUAVA - PR, CEP 85.053-525, REALIZARÁ LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, NA FORMA ELETRÔNICA, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO MAIOR

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação sob demanda de **serviço técnico especializado** para manutenção predial dos campi Campo Mourão e Guarapuava da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, integrantes do Núcleo Centro de Contratação Conjunta da UTFPR, **abrangendo intervenções de manutenção, conservação, adaptação e adequação das instalações prediais existentes**, desde que não impliquem alteração estrutural, ampliação da área construída ou modificação permanente da configuração arquitetônica da edificação, sem dedicação exclusiva de mão de obra conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Item	Especificação	CATSER	Qtde	Un.	BDI fixo não desonerado	Valor anual de referência (valor máximo) - incluso BDI - (uso sob demanda)
1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia destinados à manutenção predial preventiva, corretiva e emergencial, sob demanda, abrangendo intervenções de manutenção, conservação, adaptação e adequação das instalações prediais existentes, desde que não caracterizem obras ou grandes reformas, compreendendo <u>vistoria técnica no local, diagnóstico da solução, elaboração de orçamento e execução dos serviços</u> , com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quando exigível, mediante fornecimento de preposto local, mão de obra especializada, materiais, equipamentos, peças e ferramentas para atendimento das necessidades do Campus Campo Mourão da UTFPR. Localização: Via Rosalina Maria dos Santos, 1233 - Área Urbanizada I, Campo Mourão/PR, CEP 87301-899.	1627	1	Serviço	26,24%	R\$ 745.322,12
2	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia destinados à manutenção predial preventiva, corretiva e emergencial, sob demanda, abrangendo intervenções de manutenção, conservação, adaptação e adequação das instalações prediais existentes, desde que não caracterizem obras ou grandes reformas, compreendendo <u>vistoria técnica no local, diagnóstico da solução, elaboração de orçamento e execução dos serviços</u> , com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quando exigível, mediante fornecimento de preposto local, mão de obra especializada, materiais, equipamentos, peças e ferramentas para atendimento das necessidades do Campus Guarapuava da UTFPR. Localização: Av. Guarapuava, 800 - Cidade dos Lagos, Guarapuava/PR, CEP 85053-525.	1627	1	Serviço	26,24%	R\$ 626.104,15

1.2. Cada item será licitado de forma independente, com vistas a ampliar a competitividade do certame, reduzir a concentração de mercado e possibilitar a participação de empresas de diferentes portes, inclusive regionais, como efeito legítimo do parcelamento da contratação, em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas

relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. A participação nesta licitação **não é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14133/2021, para o Agricultor Familiar, o Produtor Rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual – MEI, nos limites previstos da LC nº 123/2006 e Decreto nº 8.538/2015.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.11. pessoas físicas.

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.4. e 2.8.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.8.4. e 2.8.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.15. A vedação de que trata o item 2.9. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.2 e 8.12.2. deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da

4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4., 4.8. ou 4.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.15. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário ou desconto..... (mensal, unitário etc., conforme o caso) e (anual, total) do item;

5.1.2. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. **O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos

previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item .

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1,00% (um por cento)**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de

6.12.2. até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.3. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.4. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.12.5. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.6. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances

segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.1. empresas brasileiras;

6.24.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.8. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS,

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o

Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.11.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.11.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.11.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.13.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.13.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso

não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.13.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á Com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou em formato eletrônico.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou

quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 (duas) horas**, para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.15.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **10** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

- 9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 9.6.1. A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação.
- 9.7. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerando o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 10.1.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.1.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.1.3. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.1.4. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.1.5. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.1.6. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.2. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.5. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.utfpr.edu.br/aceso-a-informacao/pesquisa-publica-sei>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 11.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.6. fraudar a licitação;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

- 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente

enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: demap-gp@utfpr.edu.br.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

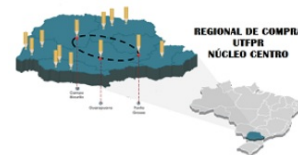
- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.utfpr.edu.br/acesso-a-informacao/pesquisa-publica-sei>.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.12. Anexo I - Termo de Referência;
- 13.13. Anexo II - Modelo de Proposta;
- 13.14. Anexo III - Minuta do Contrato;
- 13.15. Anexo IV - Modelo de Declaração.



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **FLAVIA ELAINE TOMEN DE LIMA, PREGOEIRO(A)**, em (at) 22/05/2026, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5721424** e o código CRC (and the CRC code) **F647056F**.



TERMO DE REFERÊNCIA*

*Utilizado o Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC
- Licitação e Contratação Direta - Lei 14.133/21
Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da
Consultoria-Geral da União
Versão: DEZ/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação sob demanda de **serviço técnico especializado** para manutenção predial dos campi Campo Mourão e Guarapuava da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, integrantes do Núcleo Centro de Contratação Conjunta da UTFPR, **abrangendo intervenções de manutenção, conservação, adaptação e adequação das instalações prediais existentes**, desde que não impliquem alteração estrutural, ampliação da área construída ou modificação permanente da configuração arquitetônica da edificação, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1.

Item	Especificação	CATSER	Qtde	Un.	BDI fixo na contratação, conforme Apêndice I (tipo não desonerado)	Valor anual de referência (valor máximo) - já incluso BDI -
1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia destinados à manutenção predial preventiva, corretiva e emergencial, sob demanda , abrangendo intervenções de manutenção, conservação, adaptação e adequação das instalações prediais existentes, desde que não caracterizem obras ou grandes reformas, compreendendo <u>vistoria técnica no local, diagnóstico da solução, elaboração de orçamento e execução dos serviços</u> , com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quando exigível, mediante fornecimento de preposto local, escritório na região, mão de obra especializada, materiais, equipamentos, peças e ferramentas para atendimento das necessidades do Campus Campo Mourão da UTFPR. Localização: Via Rosalina Maria dos Santos, 1233 - Área Urbanizada I, Campo Mourão/PR, CEP 87301-899.	1627	1	Serviço	26,24%	R\$ 745.322,12
2	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia destinados à manutenção predial preventiva, corretiva e emergencial, sob demanda , abrangendo intervenções de manutenção, conservação, adaptação e adequação das instalações prediais existentes, desde que não caracterizem obras ou grandes reformas, compreendendo <u>vistoria técnica no local, diagnóstico da solução, elaboração de orçamento e execução dos serviços</u> , com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quando exigível, mediante fornecimento de preposto local, escritório na região, mão de obra especializada, materiais, equipamentos, peças e ferramentas para atendimento das necessidades do Campus Guarapuava da UTFPR. Localização: Av. Guarapuava, 800 - Cidade dos Lagos, Guarapuava/PR, CEP 85053-525.	1627	1	Serviço	26,24%	R\$ 626.104,15

1.1.2. O desconto ofertado na proposta da licitação será aplicado na composição final do valor de cada serviço eventual solicitado/realizado no momento da execução contratual.

D = Desconto em número decimal = (valor anual de referência da licitação - valor anual do lance vencedor) / (valor anual de referência da licitação).

Para obter o resultado em percentual basta multiplicar por 100.

1.1.3.



1.2. Cada item será licitado de forma independente, com vistas a ampliar a competitividade do certame, reduzir a concentração de mercado e possibilitar a participação de empresas de diferentes portes, inclusive regionais, como efeito legítimo do parcelamento da contratação, em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Não está incluso no escopo da contratação a realização de serviços de alteração estrutura ou ampliação da área construída. **Portanto, VEDADO obras e grandes reformas.**

1.3.1. Em caso de dúvidas quanto ao enquadramento de uma demanda, compete ao Engenheiro Civil de cada Campus (ou profissional técnico equivalente) a manifestação técnica conclusiva.

1.4. Após a celebração do contrato, os serviços serão solicitados conforme a demanda e disponibilidade orçamentária.

1.5. **Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade:** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns de engenharia, por compreender serviços padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens imóveis, com preservação das características originais dos bens.

1.6. **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução:** O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista o caráter permanente, habitual e necessário do serviço para fins de manutenção predial das unidades.

1.7. **Prazo de vigência:** **O prazo de vigência da contratação é de 2 (dois) anos**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

1.8. **Atenção!** A presente contratação não confere exclusividade do objeto à contratada no caso de execução dos serviços abrangidos na plataforma Contrata + Brasil (credenciamento do Governo Federal / exclusividade MEI / demandas de pequeno valor).

1.8.1. A definição da forma de atendimento de cada demanda (mediante a presente contratação ou pela plataforma) caberá exclusivamente à Administração, a cada caso concreto, conforme análise de conveniência, oportunidade e interesse público, não gerando à CONTRATADA direito à quantidade mínima de demandas, compensação financeira ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, independentemente da execução direta pela contratada ou da utilização de outro mecanismo de contratação pela Administração.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. **Sustentabilidade**

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos

os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: a Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, nos termos da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), dos arts. 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307/2002, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010, assegurando o manejo, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequados dos resíduos gerados.

4.3. **Subcontratação**

4.3.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, **mediante autorização prévia da Contratante**, inclusive para a execução integral de ordens de serviço específicas, desde que relativas a serviços que não integrem as especialidades técnicas principais exigidas para a execução do contrato, notadamente engenharia civil e engenharia elétrica.

4.3.2. A subcontratação poderá ocorrer para serviços de natureza específica, exemplificativamente, para serviços de serralheria, esquadrias, vidraçaria, sistemas de segurança e alarme de incêndio, recarga de extintores, calhas e manutenção de rede elétrica envolvendo média e alta tensão, entre outros.

4.3.3. A subcontratação deverá observar o disposto no art. 122 da Lei nº 14.133/2021, permanecendo a Contratada integralmente responsável pela execução do objeto perante a Administração.

4.4. **Procedimento para subcontratação**

4.4.1. A execução de parcela do objeto mediante subcontratação dependerá de solicitação formal da Contratada ao Gestor do Contrato, por meio eletrônico, previamente ao início da execução, devendo o pedido conter a devida justificativa, a identificação da parcela a ser subcontratada e estar instruído com a documentação da empresa a ser subcontratada.

4.4.2. Os documentos que poderão ser solicitado pela fiscalização para análise da subcontratação:

- I - comprovante de inscrição e situação cadastral ativa no CNPJ;
- II - certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista pertinentes;
- III - registro no CREA ou CAU, quando exigível em razão da natureza do serviço;
- IV - indicação do responsável técnico, quando cabível;
- V - documentação apta a demonstrar a capacidade técnica para a execução da parcela pretendida, tais como atestados de execução de serviços similares, notas fiscais que constem a descrição do serviço e outros correlatos.

4.4.3. Recebido o pedido, o Gestor do Contrato, com o apoio da fiscalização, realizará a análise da documentação e se manifestará quanto à autorização ou não da subcontratação.

4.4.4. Somente após manifestação favorável e emissão da correspondente Ordem de Execução poderá a parcela subcontratada ser iniciada.

4.5. **Recebimento e comprovação na subcontratação**

4.6. Para fins de recebimento do serviço subcontratado, a Contratada deverá apresentar a nota fiscal ou documento equivalente emitido pela subcontratada acerca do serviço prestado, podendo a Administração, quando julgar necessário, solicitar documentação complementar para verificação da regularidade e da execução dos serviços.

4.6.1. A não comprovação da regularidade da subcontratada ou o descumprimento das condições estabelecidas para a subcontratação poderá ensejar, conforme o caso, a suspensão do pagamento da parcela correspondente, a glosa total ou parcial dos serviços executados, bem como a aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação vigente.

4.7. **Responsabilidade na subcontratação**

4.7.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante a Administração pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, não sendo oponível à Administração qualquer alegação decorrente de inadimplemento de obrigações perante terceiros.

4.7.2. A subcontratação não poderá, em nenhuma hipótese, comprometer a qualidade, a continuidade ou os prazos de execução dos serviços contratados.

4.7.3. Situações que evidenciem risco à adequada execução contratual, incluindo aquelas relacionadas à gestão da subcontratação, poderão ensejar a adoção de medidas administrativas, inclusive notificação para regularização, suspensão do processamento de pagamentos quando houver indícios de irregularidade na execução, e aplicação das sanções cabíveis.

4.7.4. A Contratada deverá assegurar que as subcontratações ocorram de forma regular, com empresas idôneas e aptas à execução dos serviços, mantendo sob sua responsabilidade a adequada gestão da relação contratual com as subcontratadas.

4.7.5. A Contratada deverá manter registros que permitam identificar as empresas subcontratadas, os serviços por elas executados e os respectivos responsáveis técnicos, devendo apresentar tais informações sempre que solicitado pela Administração.

4.7.6. A Administração poderá, sempre que julgar necessário ou diante de indícios de irregularidade, solicitar documentação complementar relativa à subcontratação, incluindo comprovação da formalização da relação entre as partes, execução dos serviços e pagamento.

4.7.7. A adoção de práticas que comprometam a sustentabilidade da execução contratual, ainda que não caracterizem inadimplemento direto do objeto, poderá ser considerada como falha na execução contratual,

sujeitando a Contratada às medidas previstas no contrato e na legislação vigente.

4.7.8. O descumprimento das obrigações contratuais e do termo de referência, bem como a ocorrência de situações que comprometam ou possam comprometer a adequada execução dos serviços, sujeitará a Contratada à aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, conforme termos da contratação.

4.8. Qualificação técnica da subcontratada

4.8.1. Conforme item 4.4, a Contratada deverá apresentar à Administração documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, a qual será analisada pela fiscalização e juntada aos autos do processo correspondente.

4.8.2. A exigência de qualificação técnica da subcontratada (atestado) deverá ser compatível com a natureza, o porte e a complexidade do serviço a ser executado, considerando, entre outros aspectos:

- I - a extensão e o volume do serviço;
- II - o risco à segurança de pessoas e ao patrimônio;
- III - a necessidade de responsabilidade técnica;
- IV - o impacto na funcionalidade da edificação;
- V - a necessidade de elaboração de soluções técnicas ou dimensionamento.

4.8.3. Adicionalmente ao exposto no item 4.4.1, nos serviços que demandem responsabilidade técnica específica ou apresentem maior complexidade ou risco, será exigido registro no CREA ou CAU, conforme o caso, indicação de responsável técnico habilitado e emissão de ART relativa à execução da parcela subcontratada, podendo ser exigida, quando cabível, a apresentação de atestados de capacidade técnica.

4.8.4. Nos serviços de menor complexidade, a responsabilidade técnica poderá ser assumida pelo responsável técnico da contratada principal.

4.9. Subcontratação em situações emergência

4.9.1. Em situações de emergência devidamente justificadas, que demandem atuação imediata para evitar risco à segurança, interrupção de serviços essenciais ou danos ao patrimônio, poderá ser autorizada, em caráter excepcional, a subcontratação com início imediato da execução, mediante comunicação prévia ao gestor e à fiscalização do contrato.

4.9.2. Nesses casos, a Contratada deverá apresentar a documentação exigida para a subcontratação no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do início da execução, sob pena de não reconhecimento da despesa e demais sanções cabíveis.

4.9.3. A situação emergência deverá ser devidamente justificada e registrada no processo administrativo, cabendo à fiscalização a validação técnica e ao gestor a ratificação da autorização excepcional.

4.9.4. A não comprovação posterior da regularidade da subcontratada ou o descumprimento das condições estabelecidas para a subcontratação poderá ensejar, conforme o caso, a suspensão do pagamento da parcela correspondente, a glosa total ou parcial dos serviços executados, bem como a aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação vigente.

4.9.4.1. A aplicação das medidas observará a natureza e a gravidade da irregularidade, a possibilidade de saneamento, a efetiva execução do serviço e o risco ou prejuízo à Administração.

4.9.5. Nos casos previstos neste item, em razão da emergência devidamente caracterizada, a Ordem de Execução poderá ser formalizada posteriormente ao início ou à conclusão dos serviços, sem prejuízo do regular processamento da medição e do pagamento, desde que devidamente justificada a situação e comprovada a efetiva execução do serviço, observadas as demais exigências contratuais.

4.10. Vedações na subcontratação

4.10.1. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.11. Garantia da contratação

4.12. Não será exigido garantia da contratação de que trata o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.13. A garantia contratual possui natureza jurídico-financeira, voltada à proteção da Administração quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas, não se confundindo com a garantia de segurança e qualidade da execução dos serviços, a qual permanece integralmente exigida, cabendo à Contratada observar rigorosamente as normas técnicas, regulamentares e de segurança do trabalho, bem como responder por quaisquer danos decorrentes de falhas na execução.

4.14. Vistoria para elaboração da proposta do certame (FACULTATIVA)

4.15. Não será exigido a realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.15.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.16.1. Para a adequada execução dos serviços de manutenção/adequação predial, a Contratada deverá dispor de base operacional/escritório com estrutura administrativa mínima em local compatível com a área de prestação dos serviços, conforme os parâmetros estabelecidos neste item.

4.16.2. **Crítérios de localização**

4.16.2.1. A base operacional/escritório da Contratada deverá estar situada a uma distância máxima da sede dos campi, conforme segue:

a) UTFPR Campus Campo Mourão: até 200 km (duzentos quilômetros);

b) UTFPR Campus Guarapuava: até 260 km (duzentos e sessenta quilômetros), observado também o limite máximo de 4 (quatro) horas de deslocamento por via terrestre, em condições normais de trânsito.

4.16.2.2. A aferição da distância será realizada com base no menor trajeto viário disponível, por meio de vias urbanas e interurbanas, entre a sede do respectivo campus e o endereço completo da base operacional/escritório indicado pela Contratada, utilizando-se ferramentas públicas de georreferenciamento (tais como Google Maps ou equivalente), na data da verificação.

4.16.2.3. Para o Campus Guarapuava, adicionalmente ao critério de distância, será considerado o tempo estimado de deslocamento pelo trajeto mais rápido, em modo de transporte veicular e condições normais de trânsito, conforme apurado na ferramenta de georreferenciamento.

4.16.3. **Natureza da exigência**

4.16.3.1. A exigência de base operacional/escritório não constitui requisito de habilitação, sendo admitida sua instalação após a assinatura do contrato, nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

4.16.3.2. Como condição para participação no certame, a licitante deverá apresentar declaração formal de que dispõe ou disporá, até o prazo estabelecido para início da execução contratual, de base operacional/escritório em conformidade com as exigências deste Termo de Referência.

4.16.4. **Justificativa técnica**

4.16.4.1. A exigência justifica-se pela natureza dos serviços, que envolvem demandas contínuas, rotineiras e, por vezes, emergenciais, exigindo pronta mobilização de equipes e capacidade de resposta tempestiva.

4.16.4.2. A proximidade operacional contribui para a mitigação de riscos relacionados ao descumprimento de prazos, à execução ineficiente dos serviços e à eventual subcontratação em desacordo com as disposições deste Termo de Referência, não comprometendo a continuidade das atividades institucionais.

4.16.4.3. Adicionalmente, a medida visa assegurar maior eficiência na execução contratual, garantindo agilidade no atendimento das ordens de serviço, redução de custos logísticos e maior controle e supervisão das atividades, em consonância com o interesse público.

4.16.5. **Definição de base operacional**

4.16.5.1. Considera-se base operacional/escritório qualquer local à disposição da Contratada, próprio, locado ou por outro meio legítimo, apto a garantir o suporte administrativo e logístico necessário à execução dos serviços, incluindo, quando aplicável, a guarda de ferramentas, materiais, equipamentos e a alocação de equipe técnica.

4.16.6. **Comprovação e funcionamento**

4.16.6.1. **A comprovação da instalação e do efetivo funcionamento da base operacional/escritório deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato**, prorrogável por igual período, mediante justificativa devidamente aceita pela Administração.

4.16.6.2. Para fins de comprovação, a Contratada deverá apresentar documentação que evidencie a posse ou o direito de uso do imóvel, bem como elementos que demonstrem o efetivo funcionamento da base, tais como, **exemplificativamente**:

- I - contrato de locação ou documento equivalente;
- II - comprovante de endereço;
- III - registros fotográficos do local;
- IV - identificação da empresa no imóvel;
- V - comprovantes de consumo de serviços (energia elétrica, água ou internet);
- VI - outros meios idôneos que comprovem a operacionalidade do local.

4.16.6.3. A Contratada deverá manter a base operacional/escritório devidamente instalada, equipada e em pleno funcionamento durante toda a vigência do contrato, garantindo atendimento contínuo e compatível com as demandas da Administração.

4.16.6.4. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar vistoria para verificação das condições informadas.

4.16.7. **Manutenção da condição**

4.16.7.1. Para fins de prorrogação contratual, a Contratada deverá comprovar a manutenção da base operacional/escritório, mediante declaração formal e, quando solicitado pela Administração, apresentação de documentação atualizada que evidencie a continuidade da posse ou uso do imóvel e seu funcionamento, podendo ser realizada vistoria para verificação.

4.16.7.2. Na hipótese de alteração do endereço da base operacional/escritório durante a vigência do contrato, a Contratada deverá comunicar previamente o Gestor do Contrato e apresentar a documentação

comprobatória atualizada, nos termos do item 4.16.6.2, para fins de verificação do atendimento aos critérios estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente quanto à localização e ao efetivo funcionamento.

4.16.7.3. A alteração somente poderá produzir efeitos após a análise e manifestação favorável da Administração, não eximindo a Contratada do cumprimento das obrigações contratuais durante o período de transição.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução geral

5.1.1. O objeto compreende a prestação de serviços de manutenção predial preventiva, corretiva e emergencial, sob demanda, abrangendo intervenções de manutenção, conservação, adaptação e adequação das instalações prediais existentes.

5.1.2. Os serviços compreenderão, no mínimo, as seguintes etapas:

- I - realização de vistoria técnica no local, por profissional habilitado indicado pela Contratada;
- II - diagnóstico da situação e definição da solução técnica adequada;
- III - elaboração de orçamento detalhado para execução dos serviços;
- IV - execução dos serviços, com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quando exigível;
- V - fornecimento de preposto local;
- VI - fornecimento de mão de obra especializada, materiais, equipamentos, peças e ferramentas necessários à completa execução dos serviços.

5.1.3. Regime de execução

5.1.3.1. Os serviços serão prestados **sob demanda**, conforme a necessidade da Contratante, mediante solicitação formal, até o limite do valor anual máximo estipulado no contrato.

5.1.3.2. A contratação não gera obrigação de execução do valor total estimado, ficando assegurado à Contratante o direito de não executar, total ou parcialmente, o valor contratado, sem que caiba à Contratada qualquer direito à indenização ou compensação.

5.1.4. Limite financeiro

5.1.4.1. O limite financeiro da contratação será considerado por anualidade contratual, independentemente do exercício financeiro.

5.1.5. FLUXO DE EXECUÇÃO

5.1.5.1. A execução dos serviços será iniciada mediante **emissão**, pela Contratante, da respectiva **Ordem de Visita**, encaminhada por meio eletrônico.

5.1.5.2. Recebida a Ordem de Visita, a Contratada deverá realizar **vistoria técnica no local PELO ENGENHEIRO** no prazo máximo de:

- I - **até 7 (sete) dias úteis**, para serviços ordinários;
- II - **até 4(quatro) horas**, para situações classificadas como **emergenciais** pela Contratante.

5.1.5.3. Após a realização da vistoria técnica, a **Contratada deverá apresentar**, no prazo máximo de **7 (sete) dias úteis**, contados da vistoria:

- I - diagnóstico da situação;
- II - solução técnica proposta;
- III - orçamento detalhado dos serviços (considerando o exposto no item 5.2);
- IV - prazo estimado para início e execução dos serviços (considerando o exposto no item 5.1.5.6);
- V - indicação da eventual necessidade de subcontratação, com identificação da empresa subcontratada e apresentação da documentação exigida neste Termo de Referência, quando aplicável.

5.1.5.3.1 Excepcionalmente, por conveniência e oportunidade da Administração, especialmente nos casos em que já disponha de solução técnica definida e/ou composição de custos previamente elaborada, poderá ser dispensada visita técnica, elaboração de orçamento e solução técnica pela Contratada, adotando-se como referência o orçamento elaborado pela Administração.

5.1.5.3.1.1 Nesses casos, a Contratada deverá analisar o orçamento apresentado pela Administração e manifestar-se quanto à sua exequibilidade, podendo apresentar eventuais considerações técnicas devidamente justificadas. Valores do SINAPI/PR não poderão ser objetos de questionamento, apenas sua descrição e quantitativo, por se tratar de preço tabelado.

5.1.5.3.1.2. A execução dos serviços ficará condicionada à concordância formal da Contratada com os termos técnicos e financeiros apresentados, sendo vedada a alegação posterior de desconhecimento ou inexecuibilidade das condições aprovadas.

5.1.5.4. Aprovação e autorização

5.1.5.4.1. A execução dos serviços dependerá de análise e aprovação da Contratante, incluindo, quando for o caso, a avaliação e autorização da subcontratação.

5.1.5.4.2. Uma vez **aprovado o orçamento**, será emitida a correspondente **Ordem de Serviço**, autorizando formalmente o início da execução.

5.1.5.5. **Prazo para início dos serviços**

5.1.5.5.1. Após o recebimento da Ordem de Serviço, para serviços ordinários, a Contratada deverá iniciar a execução no prazo máximo de **7 (sete) dias úteis**, contados do seu recebimento.

5.1.5.5.2. O prazo para início dos serviços poderá ser ajustado em função da complexidade da demanda, mediante justificativa técnica apresentada pela Contratada e aprovada pela Contratante, observado o limite máximo estabelecido neste Termo de Referência.

5.1.5.5.2. **Nos casos emergenciais, em até 4 (quatro) horas, contadas da finalização da visita técnica**, salvo nos casos em que a solução dependa da aquisição de materiais específicos ou de condições técnicas que justifiquem prazo distinto, devidamente registrado e validado pela fiscalização.

5.1.5.6. **Prazo de execução dos serviços**

5.1.5.6.1. Será definido conforme coeficiente de produtividade da SINAPI para aquela composição, hora por unidade, considerando o coeficiente da mão de obra principal da composição, com arredondamento e considerando equipe de no mínimo 2 indivíduos.

5.1.5.6.2. Exemplo:

Execução de 100 m² de Impermeabilização de superfície com manta asfáltica (SINAPI 98546)

Produtividade da composição: 1 hora / m² (60 minutos).

Quantidade da Ordem de Serviço: 100 m².

Tempo estimado em tempo-relógio: 100 (m²) x 1 (h) = 100 x 60 = 6000 minutos.

Conversão tempo-relógio considerando 8 horas trabalho/dia: 6000 / 480 = 12,5 dias.

Considerando sempre uma equipe com no mínimo 2 indivíduos. Prazo reduzido por 2 = 6,25 dias.

Prazo da execução na OS: 6,25 dias, com arredondamento = 6 dias corridos.

5.1.5.6.3. Na impossibilidade de utilização de coeficiente de produtividade do SINAPI, deverão ser adotadas outras tabelas de referência oficialmente admitidas nos termos da contratação. Persistindo a ausência de referência técnica, o prazo será definido pela fiscalização, considerando o histórico de execução de serviços na unidade e as informações constantes nos orçamentos apresentados para composição dos preços.

5.1.5.7. **Execução do serviço e seu acompanhamento**

5.1.5.7.1. A definição quanto à necessidade de acompanhamento técnico presencial durante a execução dos serviços caberá à contratada, por meio de seu responsável técnico habilitado (engenheiro), o qual deverá avaliar a complexidade da demanda e os riscos envolvidos, responsabilizando-se pelas decisões técnicas adotadas.

5.1.5.7.2. Quando dispensado a presença do responsável técnico (engenheiro), deverá ser assegurado, no mínimo, a presença do preposto no local de execução, para fins de acompanhamento, repasse de informações, esclarecimentos e interlocução com a fiscalização (demandas de caráter administrativo).

5.1.5.8. **Fluxo no caso de Situações Emergenciais**

5.1.5.6.1. A contratada deverá apresentar à gestão/fiscalização, no início da vigência do contrato, os canais específicos de contato para atendimento de situações emergenciais, contendo, no mínimo, 1 (um) endereço eletrônico (e-mail) e 2 (dois) números de telefone válidos e ativos, devendo mantê-los atualizados durante toda a execução contratual.

5.1.5.6.2. A caracterização da ocorrência como emergencial caberá exclusivamente à fiscalização do contrato e/ou autoridade superior do Campus, mediante registro no processo de fiscalização.

5.1.5.6.3. Consideram-se chamados emergenciais aqueles que demandam ação imediata por impactarem o funcionamento da(s) unidade(s), a continuidade de serviços essenciais ou a segurança dos usuários das edificações. Exemplos incluem, entre outros: inundação decorrente de vazamentos ou águas pluviais; paralisação ou falha em sistemas de fornecimento de energia elétrica ou água; ocorrências envolvendo ambientes críticos, como data centers, salas técnicas ou laboratórios; situações que representem risco imediato à integridade física de pessoas ou ao patrimônio público.

5.1.5.6.4. Os chamados emergenciais serão tratados como exceção no fluxo ordinário da contratação.

5.1.5.6.4.1 Nesses casos, poderá ser autorizada a execução imediata dos serviços, independentemente da emissão prévia de Ordem de Serviço e da formalização prévia de eventual subcontratação. A comprovação/registro da situação no processo se faz necessária(o).

5.1.5.6.4.2 A contratada deverá, posteriormente à execução, apresentar à fiscalização memória de cálculo, composição de custos e documentação comprobatória dos materiais e serviços utilizados, sem prejuízo da realização de eventuais glosas ou ajustes pela Administração, caso sejam identificadas inconsistências. O prazo máximo para apresentação será fixado posteriormente pela fiscalização, considerando o prazo dos serviços ordinários e as particularidades do caso.

5.1.5.6.4.3 A formalização da Ordem de Serviço e da subcontratação deverá ocorrer posteriormente, devendo a situação emergencial ser devidamente justificada nos autos, bem como comprovada a execução dos serviços e a compatibilidade dos custos apresentados, como condição para fins de medição e pagamento.

5.1.5.6.4.4 Chamados emergenciais poderão ser requisitados em sábado, domingo, recesso e feriados, não sendo restrito aos dias úteis de funcionamento do Campus.

5.1.5.6.4.5 Nos casos emergenciais, poderá ser autorizada pela fiscalização a subcontratação de serviços específicos, desde que observadas as regras de subcontratação previstas neste instrumento.

5.1.5.6.5. Os chamados classificados como emergenciais deverão ser atendidos pela contratada no prazo máximo de **4 (quatro) horas**, contadas da abertura do chamado pela fiscalização (e-mail e telefones), mediante o **comparecimento de responsável técnico habilitado (engenheiro)** no local, para avaliação da ocorrência e definição das providências necessárias à sua contenção e solução, quando exigido pela fiscalização.

5.1.5.6.6. A critério da Administração/Fiscalização, poderá ser autorizado/requisitado o atendimento emergencial inicial somente **pelo preposto local**, no prazo máximo de **2 (duas) horas**, para avaliação preliminar da ocorrência e organização de medidas imediatas de mitigação. A medida visa assegurar o acionamento imediato da empresa, por meio do preposto local, de modo a permitir a rápida identificação da ocorrência e a adoção das primeiras providências de mitigação. Tal procedimento possibilita o alinhamento inicial com a fiscalização e o repasse célere das informações ao responsável técnico (engenheiro), viabilizando a antecipação das definições técnicas e a adequada mobilização de recursos, contribuindo para a redução do tempo de resposta e a mitigação de riscos à continuidade dos serviços e à integridade do patrimônio.

5.1.5.6.6.1. Nesta hipótese, sendo necessário a visita técnica no local, a fiscalização poderá requisitar na sequência o comparecimento de **responsável técnico habilitado (engenheiro)**, observado o prazo máximo de **4 (quatro) horas**, contadas do pedido à contratada (e-mail ou telefone).

5.1.5.6.7. Após a avaliação inicial (visita técnica), o **início da execução dos serviços deverá ocorrer em até 4 (quatro) horas**, salvo nos casos em que a solução dependa da aquisição de materiais específicos ou de condições técnicas que justifiquem prazo distinto, devidamente registrado e validado pela fiscalização.

5.1.5.6.8. O prazo de execução máximo do serviço irá considerar o previsto como prazo dos serviços ordinários e as particularidades do caso.

5.1.5.9. **Medição, recebimento e pagamento**

5.1.5.7.1. Concluída a execução dos serviços de cada Ordem, a Contratada deverá apresentar a planilha de medição correspondente, acompanhada da documentação comprobatória da execução, conforme exigido neste Termo de Referência.

5.1.5.7.1.1 No caso de subcontratação, deverá ser apresentada a nota fiscal ou documento equivalente emitido pela subcontratada.

5.1.5.7.2. A medição será analisada pela fiscalização técnica, que verificará a conformidade dos serviços executados com a Ordem de Serviço, o orçamento aprovado e as condições contratuais, emitindo o respectivo relatório de fiscalização.

5.1.5.7.3. A aprovação da medição pela fiscalização técnica caracterizará o recebimento provisório dos serviços.

5.1.5.7.4. Após o recebimento provisório, caberá ao Gestor do Contrato realizar a análise administrativa e, estando em conformidade, formalizar o recebimento definitivo, autorizando a emissão da nota fiscal pela Contratada.

5.1.5.7.5. A Contratada deverá emitir a nota fiscal no valor aprovado na medição e encaminhá-la conforme orientações da Contratante.

5.1.5.7.6. Recebida a nota fiscal, o Gestor do Contrato procederá ao seu ateste e encaminhamento ao setor competente para fins de pagamento, observadas as disposições contratuais e legais aplicáveis.

5.1.5.7.7. Medições parciais de Ordem de Serviço:

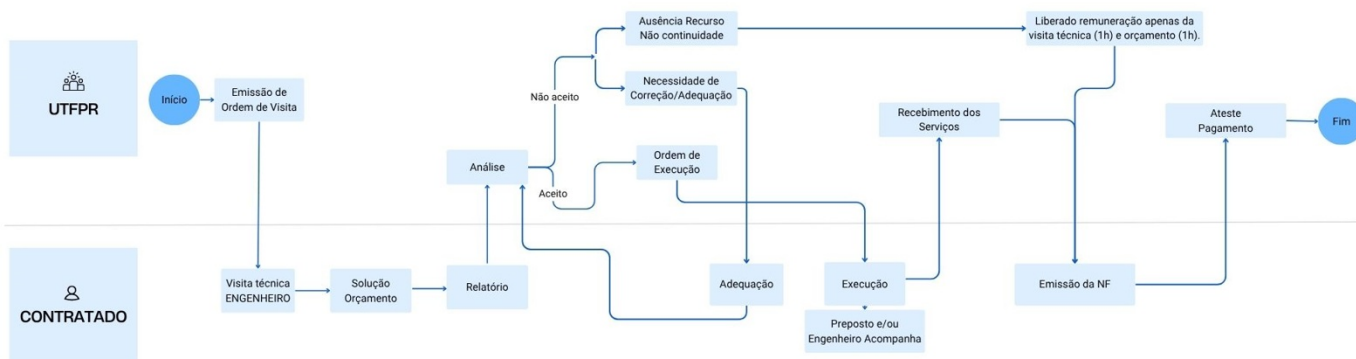
5.1.5.7.7.1. Nos casos em que a execução dos serviços ultrapassar o período de 1 (um) mês, poderão ser realizadas medições parciais mensais, para fins de pagamento proporcional aos serviços efetivamente executados.

5.1.5.7.7.2. Para fins de medição parcial, a Contratada deverá apresentar planilha de medição correspondente ao período, acompanhada da documentação comprobatória.

5.1.5.7.7.3. A medição parcial será analisada pela fiscalização técnica, que emitirá relatório mensal de fiscalização, cabendo ao Gestor do Contrato elaborar o respectivo relatório mensal de acompanhamento.

5.1.5.7.7.4. Após a aprovação da medição parcial, a Contratada será autorizada a emitir a respectiva nota fiscal, no valor aprovado, seguindo-se o trâmite regular para pagamento.

5.1.5.10. Ilustração do fluxo de execução contratual (serviços ordinários)



5.1.6. Responsabilidades da contratada

5.1.6.1. Caberá exclusivamente à Contratada a supervisão, coordenação e responsabilidade pela execução dos serviços, inclusive quanto aos seus empregados, prepostos e eventuais subcontratados.

5.1.6.2. A Contratada será responsável pela qualidade, segurança e adequação técnica dos serviços executados, bem como pelo cumprimento das normas técnicas e regulamentares aplicáveis.

5.1.7. Responsabilidade da Administração

5.1.7.1. À Contratante caberá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, podendo realizar inspeções *in loco* e comunicar à Contratada eventuais irregularidades ou desconformidades.

5.1.7.2. A fiscalização exercida pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela execução dos serviços

5.2. Fórmula de cálculo das Ordens de Visita/Serviço

5.2.1. A presente contratação terá **BDI de serviços eventuais** em valor **fixo** por Campus, conforme Apêndice do Termo de Referência. Assim, despesas com administração central, despesas financeiras, seguro, garantia, risco, lucro e tributos já estão sendo considerados no preço final do Serviço, não sendo admitidas alegações posteriores quanto à inclusão desses componentes na formação dos preços contratados, ressalvadas as hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro.

5.2.2. O desconto ofertado na proposta da licitação será aplicado na composição final do valor de cada serviço eventual solicitado/realizado no momento da execução contratual. **D = Desconto em número decimal = (valor anual de referência da licitação valor anual do lance vencedor) (valor anual de referência da licitação)**.

5.2.3. Para fins de pagamento, o preço final de cada item da Ordem de Execução será obtido pela aplicação do BDI sobre o preço unitário do orçamento, seguido da incidência do desconto percentual ofertado pela proposta vencedora sobre o valor já acrescido do BDI. A saber:

$$\text{PREÇO FINAL DO ITEM} = \text{PU} \times (1 + \text{BDI}) \times (1 - \text{D})$$

Onde:

PU = preço unitário do orçamento;

BDI = percentual de BDI fixo do Campus = 26,24% = 0,2624; (usar o número em decimal)

D = desconto da proposta vencedora. (em decimal e não percentual, igual ao BDI)

5.2.4. O preço unitário da fórmula (PU) para composição do preço, conforme Capítulo II do Decreto nº 7.983/2013 e §2º do Art. 23 da Lei 14.133/2021, será obtido na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia.

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento; e

V - considerando o exposto no art. 6º Decreto nº 7.983/2013, por fim, pesquisa de mercado.

5.2.5. Compete a Contratada, em regra, a apresentação da composição do preço e orçamentos, em conjunto com a solução proposta para a demanda de serviço.

5.2.5.1. A critério da Administração poderão ser dispensadas as etapas de visita técnica, solução e planilha de composição de preços, sendo encaminhado de forma direta para a Contratada a Ordem de Serviço - Execução.

5.2.6. **A pesquisa de orçamento realizada pela Contratada, em especial a do mercado, poderá ser analisada criticamente pela Contratante, que ainda, mediante justificativa técnica expressa e devidamente motivada no processo administrativo, poderá descartar um ou mais orçamentos apresentados, solicitando novos ou apresentando diretamente à Contratada outro em substituição.**

5.2.7. As pesquisas relativas aos incisos II a V do **item 5.2.4** deverão ser instruídas com, no mínimo, 3 (três) orçamentos, devendo ser adotado o de menor preço para a composição dos custos. Nos casos em que não for possível a obtenção de 3 (três) orçamentos, a impossibilidade deverá ser devidamente justificada nos autos, a exemplo das hipóteses de inexigibilidade.

5.2.8. Na hipótese de impossibilidade de observância da ordem estabelecida no § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 (**item 5.2.4**), tal circunstância deverá ser devidamente justificada no orçamento para fins de análise da fiscalização.

5.2.9. O levantamento do custo unitário utilizando o SINAPI poderá ser feito através de composições e adaptações, inclusive com a inserção de itens obtidos em pesquisa de mercado.

5.2.10. Usa-se SINAPI do Paraná/PR como regra, podendo se utilizar dos demais Estados quando o item não for encontrado no do PR. Nesse caso, considera-se os Estados mais próximos e o menor preço como ordem de prioridade.

5.2.11. **Os custos referenciais adotados terão como base o SINAPI/PR (não desonerado), ref. 03/2026, sendo atualizados conforme os critérios de reajuste previstos contratualmente.**

5.2.12. **De forma fixa, aplicando-se a fórmula da composição de preço final e como forma de remunerar as atividades técnicas preliminares necessárias à adequada definição da solução, a visita técnica será remunerada por meio da tabela SINAPI na forma de 1h (uma hora) de engenheiro JÚNIOR. Da mesma forma, o relatório com solução/orçamento será remunerado por meio da tabela SINAPI na forma de 1h (uma hora) de engenheiro JÚNIOR.**

5.2.12.1. Nos casos de dispensa da visita/solução/orçamento, tais valores não serão pagos à Contratada.

5.2.12.2. A atuação do preposto local tem seus custos contemplados no BDI aplicado na Ordem de Serviço, não havendo acréscimos de valores.

5.3. **Dos serviços que podem ser requeridos:**

5.3.1. Os serviços objeto desta contratação compreendem intervenções de manutenção predial, de natureza corretiva, preventiva ou adaptativa, executadas sob demanda e de forma pontual, incluindo, de forma exemplificativa e não exaustiva:

- a) manutenção, reparo e adaptação de coberturas, telhados, lajes e sistemas de impermeabilização;
- b) manutenção de sistemas de drenagem pluvial, incluindo calhas, rufos, condutores e acessórios;
- c) manutenção, reparo e adaptação de instalações elétricas de alta tensão, quadros de distribuição, circuitos e/ou sistemas de iluminação;
- d) manutenção, reparo e adaptação de instalações hidráulicas e sanitárias, incluindo redes internas, reservatórios, bombas e pontos de consumo;
- e) correção de infiltrações, recomposição de superfícies e tratamento de patologias construtivas (trincas, fissuras, deslocamentos e umidade);
- f) execução e recomposição de revestimentos, pinturas e acabamentos em geral;
- g) manutenção e adaptação de divisórias, drywall e elementos de vedação não estruturais;
- h) manutenção, reparo e adaptação de portas, janelas, portões, grades, corrimãos e demais elementos de serralheria e esquadrias;
- i) manutenção e adaptação de sistemas e instalações complementares, tais como sistemas de prevenção e combate a incêndio, climatização, elevadores, sistemas fotovoltaicos, centrais de gases, redes lógicas e demais sistemas prediais;
- j) manutenção de elevadores, sistemas de ar-condicionado e áreas verdes, em caráter temporário e excepcional, quando houver indisponibilidade de contratação específica, vedada sua utilização como substituição permanente de contratos próprios;
- k) manutenção de pavimentação, calçadas, acessibilidade e drenagem superficial em áreas externas;
- l) limpeza técnica e desobstrução de sistemas prediais (caixas de gordura, esgoto, calhas e similares);
- m) execução de adaptações pontuais para atendimento a normas técnicas e legais, incluindo acessibilidade e segurança.

5.3.2. As atividades previstas nesta contratação são restritas à infraestrutura existente. Ressalta-se que destinam-se ao atendimento de demandas pontuais que ultrapassem a capacidade operacional, a especialização técnica ou a capacidade de atendimento tempestivo dos postos fixos contratados nos campi, especialmente quando a execução por tais postos possa comprometer a continuidade das atividades institucionais a segurança

ou a adequada conservação do patrimônio.

5.4. Os serviços eventuais envolverão as especialidades profissionais de:

- 5.4.1. Engenharia eletrotécnica;
- 5.4.2. Engenharia eletrônica;
- 5.4.3. Engenharia elétrica;
- 5.4.4. Engenharia mecânica;
- 5.4.5. Engenharia civil;
- 5.4.6. Soldador;
- 5.4.7. Serralheiro;
- 5.4.8. Pintor;
- 5.4.9. Pedreiro;
- 5.4.10. Serventes de pedreiro;
- 5.4.11. Gesseiro;
- 5.4.12. Artífice de manutenção em marcenaria e divisórias;
- 5.4.13. Carpinteiro;
- 5.4.14. Esquadrilheiro;
- 5.4.15. Ajudantes gerais;
- 5.4.16. Cabista;
- 5.4.17. Vidraceiro;
- 5.4.18. Técnico em telefonia;
- 5.4.19. Técnico bombeiro hidráulico;
- 5.4.20. Ajudante de bombeiro;
- 5.4.21. Técnico eletricista;
- 5.4.22. Ajudante de eletricista;
- 5.4.23. Técnico com especialização em instalações elétricas;
- 5.4.24. Técnico com especialização em instalações hidrossanitárias;
- 5.4.25. Técnico em rede estabilizada;
- 5.4.26. Técnico em eletrônica;
- 5.4.27. Técnico em instalações e proteção contra incêndio;
- 5.4.28. Técnico em construção civil (edificações);
- 5.4.29. Artífice de Manutenção Predial;
- 5.4.30. Instalador de linhas elétricas de alta e baixa tensão (rede aérea e subterrânea);
- 5.4.31. Operador de roçadeira costal / motosserra;
- 5.4.32. Jardineiro;
- 5.4.33. Eletricista de instalações;
- 5.4.34. Letreirista;
- 5.4.35. Capoteiro ou estofador;
- 5.4.36. Outras especialidades não listadas, mas típicas das manutenções prediais.

5.5. **Local e horário da prestação dos serviços**

5.6. Os serviços serão prestados:

- 5.6.1. Item 01: na UTFPR *Campus* Campo Mourão, localizada na Via Rosalina Maria dos Santos, 1233 - Área Urbanizada I, Campo Mourão/PR, CEP 87301-899.
- 5.6.2. Item 02: na UTFPR *Campus* Guarapuava, localizada na Av. Guarapuava, 800 - Cidade dos Lagos, Guarapuava/PR, CEP 85053-525.

5.7. Os serviços deverá ser prestados nos horários das 08h às 12h e das 13h às 17h, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, conforme calendário de funcionamento da unidade.

- 5.7.1. Os serviços poderão ser prestados em horários e dias diferentes, mediante pedido da Contratada e liberação pela fiscalização.

5.8. **Materiais a serem disponibilizados**

5.9. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar todos os insumos, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a realização do serviço.

- 5.10. **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**
- 5.11. A demanda do órgão tem como base as seguintes características prediais:

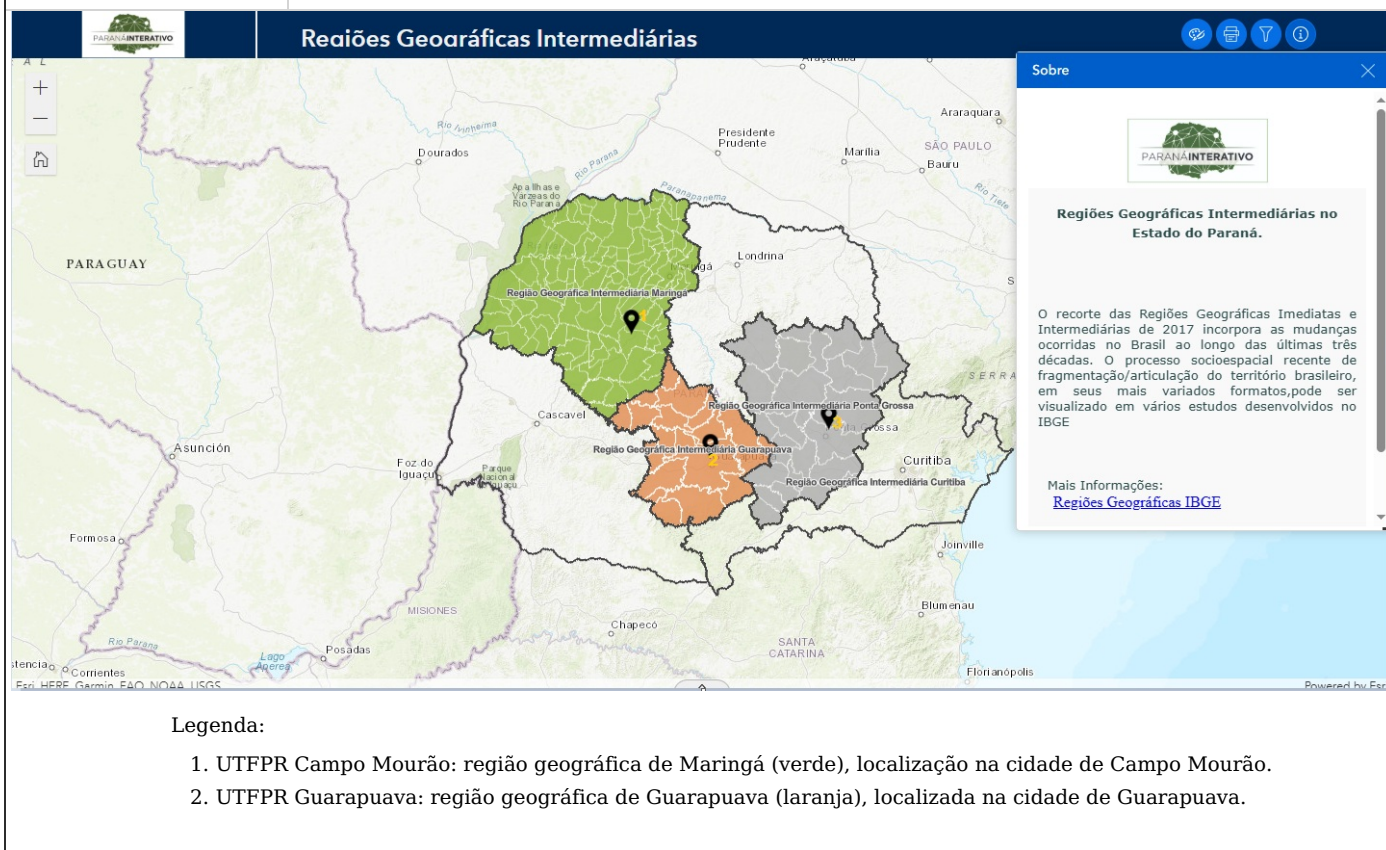
PANORAMA DA ESTRUTURA PREDIAL DOS CAMPI					
Campo Mourão Vídeo institucional: https://www.youtube.com/watch?v=H2cXodGVcOI Plano de manutenção predial geral SEI nº 5558846			Guarapuava Vídeo institucional: https://www.youtube.com/watch?v=2luFTII7I50 Plano de manutenção predial geral SEI nº 5546834		
Edificação	Área (m²)	Idade (anos)	Edificação/Área construída	Área (m²)	Idade (anos)
Bloco A	1.462,09	17	Bloco A	1028,45	12
Bloco B	1.511,10	14	Bloco B	1110,20	12
Bloco C + Anexos	1.510,96	28	Bloco C	1197,92	12
Bloco D	1.466,76	14	Bloco D	1028,45	12
Bloco E	1.468,62	28	Bloco E	1197,92	12
Bloco F	1.468,62	28	Bloco F	1132,89	12
Bloco G	2.252,06	12	Bloco H	3174,19	10
Centro de Convivência	1.326,00	4	Bloco O - RU	1141,32	12
Herbário	297,84	2	Bloco P	1245,48	9
Bloco H	1.510,06	9	Bloco R + S (teatro)	5792,39	10
Bloco O - RU	1.141,32	14	Guarita	182,52	12
Manutenção / Garagem	891,19	11	Bloco G	2193,45	entrega prevista para Junho/2026
Ginásio	4.526,36	13	Espaço de convivência e <i>coworking</i>	132,28	entrega prevista para Julho/2026
Laboratório de Estruturas	203,42	27	Planetário	76,96	entrega prevista para Julho/2026
Bloco I	2.257,48	Em construção	Quadra	1200	12
Centro de inovações	1.066,27	Em construção	Cisterna	42,40	12
Antigo DCE/Hotel tecnológico	174,46	28	--	--	--
Guarita	34,38	28	--	--	--
--	--	--	--	--	--
--	--	--	--	--	--
--	--	--	--	--	--
--	--	--	--	--	--
--	--	--	--	--	--
--	--	--	--	--	--
--	--	--	--	--	--
--	--	--	--	--	--
Área predial total	24.568,99 m²		Área predial total	21.876,82m²	
Área do terreno	83.888 m²		Área do terreno	151.304,23m²	

- 5.12. Acerca do local da prestação do serviço:

LOCALIZAÇÃO		
Endereço dos Campi	Campus Campo Mourão UTFPR: Via Rosalina Maria dos Santos, 1233 - Área Urbanizada I, Campo Mourão - PR, CEP 87301-899	Campus Guarapuava UTFPR: Av. Guarapuava, 800 - Cidade dos Lagos, Guarapuava - PR, CEP 85053-525.

Cidades de prestação do serviço:

Dados dos Municípios, segundo Censo 2022:
Campo Mourão: População 99.432 pessoas; Mesorregião Centro Ocidental Paranaense;
Guarapuava: População 182.093 pessoas; Mesorregião Centro-Sul Paranaense;
Distância entre os Municípios, de acordo com o *Google maps*:
Campo Mourão x Guarapuava: 205 km;



5.13. Especificação da garantia do serviço

5.14. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.15. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.16. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. PREPOSTO

6.7. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.8. O Contratado DEVERÁ manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

6.9. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.10. Serão atribuições do preposto a realização de atividades operacionais das Ordens de Serviços, tais como levantamento de orçamentos, aquisição de materiais, contato com fornecedores e prestadores de serviços, organização da execução, acompanhamento inicial das demanda e principalmente atuação como elo de comunicação entre a contratada, a fiscalização e eventuais terceiros envolvidos.

6.10.1. As atividades desempenhadas pelo preposto restringem-se ao suporte operacional e administrativo, não substituindo a atuação do responsável técnico habilitado (engenheiro), quando exigida, nem a fiscalização exercida pela Administração, permanecendo a contratada integralmente responsável pela adequada execução dos serviços.

6.10.2. O engenheiro da empresa, indicado na licitação, poderá acumular a função de preposto.

6.11. Rotinas de Fiscalização

6.12. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.13. Fiscalização Técnica

6.14. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.15. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.16. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.17. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.18. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.19. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.21. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.22. Fiscalização Administrativa

6.23. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.24. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.25. Gestor do Contrato

6.26. Cabe ao gestor do contrato:

6.26.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.26.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.26.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.26.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.26.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo

agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.26.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.26.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.26.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.26.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.26.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.26.9. exercer de forma cumulativa à fiscalização administrativa.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A **avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme previsto no **Apêndice II** deste.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR, sem prejuízo das sanções cabíveis ou análise de rescisão, não impede a aplicação de glosa por item não entregue.

7.4. **Recebimento provisório e definitivo**

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo fiscal técnico, mediante termo de recebimento provisório devidamente detalhado.

7.5.1. O referido prazo poderá ser prorrogado, por igual período, mediante justificativa no processo, em razão de acúmulo de demandas no setor, coincidência de recebimentos, necessidade de análise complementar ou situações correlatas.

7.6. A Contratada deverá comunicar a conclusão da Ordem de Serviço por meio do endereço eletrônico, conforme organização interna de cada Campus, definido no início do Contrato.

7.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. Nos casos de subcontratação, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o pedido de recebimento/medição, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), em conformidade com as exigências legais e normativas do CREA/PR, quando legalmente exigível.

7.8.1. **O recebimento definitivo do serviço ficará suspenso até entrega da ART.**

7.9. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.10. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.11. O fiscal administrativo do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.12. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.13. Para efeito de recebimento provisório, será considerado apuração por Ordem de Serviço/Tarefa demandada.

7.14. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.15. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.16. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.17. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas

as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.18. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.19. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.20. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.21. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.21.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.21.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.21.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.21.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.21.5. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.21.6. Por tanto, **a NOTA FISCAL SOMENTE PODERÁ SER EMITIDA PELA CONTRATADA APÓS A SOLICITAÇÃO DA GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.**

7.22. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.23. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.24. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.25. **Liquidação**

7.26. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.27. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.28. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: I) o prazo de validade; II) a data da emissão; III) os dados do contrato e do órgão contratante; IV) o período respectivo de execução do contrato; V) o valor a pagar; e VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.29. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.30. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.31. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.31.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.31.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.32. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.33. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.34. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.35. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.36. **Prazo de pagamento**

7.37. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.38. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo / IBGE.

7.39.

7.40. **Forma de pagamento**

7.41. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.42. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.43. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.43.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.44. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.45. **Reoneração gradual da folha de pagamento**

7.46. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.46.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.46.2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

7.47. **Reajuste**

7.48. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do mês de Março/2026.

7.49. Para fins de reajuste considera-se:

a) para composição de preço, a base do SINAPI PR ref. Março/2026 não desonerado, sendo atualizado para o SINAPI de ref. Março/2027, após o interregno de um ano, e assim em diante;

b) para o valor anual do contrato, após o interregno de um ano, aplica-se o **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo / IBGE**.

Nota explicativa: Considerando que o objeto consiste na prestação de serviços de manutenção predial sob demanda, com escopo variável e composição heterogênea de custos, afasta-se a utilização do **INCC-M**, por ser índice voltado à construção civil em obras padronizadas, não refletindo adequadamente a dinâmica dos serviços contratados. A adoção do **IGP-M** foi afastada em razão de sua elevada volatilidade e baixa aderência aos custos efetivos do objeto, podendo gerar distorções no reajuste. Dessa forma, opta-se pelo **IPCA**, por melhor refletir a variação global dos custos envolvidos, garantindo maior estabilidade e adequação ao contrato, em consonância com a Lei nº 14.133/2021.

7.50. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.51. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.52. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.53. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.54. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.55. O reajuste será realizado por Apostilamento.

- 7.56. **Cessão de Crédito**
- 7.57. Não será permitido cessões de crédito ao Contrato.
- 7.58. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas. (AntecipaGov).

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e considerando enquadramento do conforme Manual Procedimental para aplicações de Sanções Administrativas UTFPR - SEI nº 5253222.
- 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e considerando enquadramento/dosimetria do Manual Procedimental para aplicações de Sanções Administrativas UTFPR - SEI nº 5253222;
- 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave e considerando enquadramento/dosimetria do Manual Procedimental para aplicações de Sanções Administrativas UTFPR - SEI nº 5253222.
- 8.2.4. Multa:
- 8.2.4.1. Moratória, de 0,05% até 30% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, considerando o limite de 30% do valor da Ordem de Serviço, conforme a dosimetria do Manual Procedimental para aplicações de Sanções Administrativas UTFPR - SEI nº 5253222;
 - 8.2.4.2. Compensatória, de 0,5% até 30% do valor da contratação, conforme enquadramento e dosimetria do Manual Procedimental para aplicações de Sanções Administrativas UTFPR - SEI nº 5253222.
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
 - 8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR VALOR**.

9.3. **Regime de Execução**

9.4. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço preço unitário**.

9.5. **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.6. Por se tratar de serviço de engenharia, **o critério de aceitabilidade de preços na licitação será o menor valor anual para a contratação**. Devendo, de toda forma, ser destacado na proposta vencedora o percentual de desconto resultante.

9.6.1. **Desconto resultante da licitação em percentual = [(VALOR DE REFERÊNCIA ANUAL - PROPOSTA ANUAL DO LICITANTE) (VALOR DE REFERÊNCIA ANUAL)] × 100**

9.7. Durante a execução contratual, o preço final de cada item da Ordem de Serviço/Execução será obtido pela aplicação do BDI sobre o preço unitário do orçamento, seguido da incidência do desconto percentual ofertado pela proposta vencedora sobre o valor já acrescido do BDI, conforme **item 5.2**.

9.8. **Exigências de habilitação**

9.9. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.10. Habilitação jurídica

9.11. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.12. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.13. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.14. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77,

de 18 de março de 2020.

9.16. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.17. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.18. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.19. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.20. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.21. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.22. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.23. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.25. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.26. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.27. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.28. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.29. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.30. **Qualificação Econômico-Financeira**

9.31. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.32. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total do item estimado na contratação.

9.33. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.34. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.35. **Qualificação Técnica**

9.36. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.36.1. Essa declaração é feita de forma automática no sistema, ao aceitar os termos do edital e anexos, não precisando ser reencaminhada.

9.37. Registro ou inscrição da empresa no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade.

9.38. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.39. **Qualificação Técnico-Operacional**

9.40. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório, conforme distância e regras do item 4.16 deste termos de referência.

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de **certidões ou atestados** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.42. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

a) contrato(s) que comprove(m) a **experiência mínima de 1 ano** na prestação de **Serviços de reforma, manutenção (forma contínua ou por demanda) ou construção**, com **área mínima de 600m²**, sendo **aceito o somatório de atestados de períodos/serviços diferentes**.

Nota explicativa:

Quanto à experiência de 1 ano, esta corresponde a 50% do prazo de execução da contratação, fixado em 2 anos.

O quantitativo de área mínima decorre da média de área das edificações do polo centro de contratação da UTFPR, haja vista estudo conjunto. Com aplicação do percentual de 50% e utilização do menor valor arredondado. A saber:

CM: Média da área das edificações (somatórios das áreas dividido pelo número de prédios): 1.364,94m²; 50% = 682,47; arredondando 682m².

GP: Média da área das edificações (somatórios das áreas dividido pelo número de prédios): 1.367,30; 50% = 683,65; arredondamento 684m².

PG: Média da área das edificações (somatórios das áreas dividido pelo número de prédios): 1.202,45; 50% = 601,22; arredondamento = 601m².

Assim, resultando na metragem de 600 m² definida.

9.43. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de tempo e área, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.44. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.45. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.46. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.47. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.48. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.49. **Qualificação Técnico-Profissional**

9.50. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

a) **Engenheiro civil**: serviços de reforma, manutenção ou construção de no mínimo 600m²;

b) **Engenheiro elétrico**: serviços de reforma, manutenção ou construção de no mínimo 600m²;

9.51. **Os profissionais acima indicados deverão participar do serviço objeto do contrato**, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021). **São tais profissionais que deverão realizar as visitas, diagnósticos e apresentação do relatório à contratante.**

9.52. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.53. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.54. Disposições gerais sobre habilitação

9.55. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.56. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.57. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.58. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.59. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.60. Documentação complementar para cooperativas

9.61. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.62. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.63. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.64. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.65. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.66. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.67. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.68. ata de fundação;

9.69. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.70. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.71. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.72. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.73. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.74. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de:

Item	Especificação	Qtde	Un.	Valor <u>anual</u> de referência (valor máximo) - já incluso BDI -
	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia destinados à manutenção predial preventiva, corretiva e emergencial, sob demanda , abrangendo intervenções de manutenção, conservação, adaptação e adequação das instalações prediais existentes, desde que não caracterizem obras ou grandes reformas, compreendendo <u>vistoria técnica no local, diagnóstico da</u>			

1	solução, elaboração de orçamento e execução dos serviços, com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quando exigível, mediante fornecimento de preposto local, escritório na região, mão de obra especializada, materiais, equipamentos, peças e ferramentas para atendimento das necessidades do Campus Campo Mourão da UTFPR . Localização: Via Rosalina Maria dos Santos, 1233 - Área Urbanizada I, Campo Mourão/PR, CEP 87301-899.	1	Serviço	R\$ 745.322,12
2	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia destinados à manutenção predial preventiva, corretiva e emergencial, sob demanda , abrangendo intervenções de manutenção, conservação, adaptação e adequação das instalações prediais existentes, desde que não caracterizem obras ou grandes reformas, compreendendo <u>vistoria técnica no local, diagnóstico da solução, elaboração de orçamento e execução dos serviços</u> , com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quando exigível, mediante fornecimento de preposto local, escritório na região, mão de obra especializada, materiais, equipamentos, peças e ferramentas para atendimento das necessidades do Campus Guarapuava da UTFPR . Localização: Av. Guarapuava, 800 - Cidade dos Lagos, Guarapuava/PR, CEP 85053-525.	1	Serviço	R\$ 626.104,15

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Programa: 5113 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná.

Ação: 20RK

Fonte: 1000

PTRES: 229597

Natureza de Despesa (com subitem): 339039.16 - Manutenção e conservação de Bens Imóveis

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante Apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Documento Assinado eletronicamente por:

JOAO ANTONIO ROQUE DA SILVA / joaoroque@utfpr.edu.br (UTFPR Campo Mourão)

KARINA KSIASKIEWCZ CZOVNY / karinaczovny@utfpr.edu.br (UTFPR Guarapuava)

LEANDRO JIN KOBAYASHI / kobayashi@utfpr.edu.br (UTFPR Campo Mourão)

MARTHA TUSSOLINI / marthatussolini@utfpr.edu.br (UTFPR Guarapuava)



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **KARINA KSIASKIEWCZ CZOVNY, ASSESSOR(A)**, em (at) 21/05/2026, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasília-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **LEANDRO JIN KOBAYASHI, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 21/05/2026, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasília-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **JOAO ANTONIO ROQUE DA SILVA, ASSESSOR(A)**, em (at) 22/05/2026, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasília-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5720124** e o código CRC (and the CRC code) **AA427539**.

APÊNDICES DO TERMO DE REFERÊNCIA

APÊNDICE I - BDI

Campus Campo Mourão

CÁLCULO DO BDI

Serviço: Serviços Eventuais de Manutenção/Adaptação Predial

Câmpus: Campo Mourão

Responsável Técnico:

ITEM	%
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00
DF - DESPESAS FINANCEIRAS	1,23
S + G - SEGURO + GARANTIA	0,80
R - RISCO	1,27
I - TRIBUTOS	8,65
PIS	0,65
COFINS	3,00
ISSQN	5,00
L - LUCRO	7,40
BDI	26,24%

*** ISSQN Adotado pelo Município
5,00%

Fórmula da Taxa de Benefício e Despesas Indiretas:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC = taxa de rateio da Administração Central;

DF = taxa das despesas financeiras;

R = taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento;

S = seguro;

G = garantia do empreendimento;

I = Incidência da taxa de tributos (PIS + COFINS + ISSQN);

L = taxa de lucro.

*Para o computo da taxa de ISSQN sobre o BDI faz-se: 100% considerando a legislação municipal

**A metodologia adotada para o cálculo do BDI tem como referência o Acórdão 2622-37/13 - TCU Plenário

***Incidência sobre a parcela global de mão de obra.

Campus Guarapuava

CÁLCULO DO BDI

Serviço: Serviços Eventuais de Manutenção Predial
Câmpus: Guarapuava
Responsável Técnico: Engº Civil Luis Fernando Sequinel

ITEM	%
AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00
DF - DESPESAS FINANCEIRAS	1,23
S + G - SEGURO + GARANTIA	0,80
R - RISCO	1,27
I - TRIBUTOS	8,65
PIS	0,65
COFINS	3,00
ISSQN	5,00
L - LUCRO	7,40
BDI	26,24%

*** ISSQN Adotado pelo Município
5,00%

Fórmula da Taxa de Benefício e Despesas Indiretas:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC = taxa de rateio da Administração Central;
 DF = taxa das despesas financeiras;
 R = taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento;
 S = seguro;
 G = garantia do empreendimento;
 I = Incidência da taxa de tributos (PIS + COFINS + ISSQN);
 L = taxa de lucro.

*Para o computo da taxa de ISSQN sobre o BDI faz-se: (Peso Percentual da M.O/Custo total da Obra) x ISSQN (min 1,50%)

**A metodologia adotada para o cálculo do BDI tem como referência o Acórdão 2622-37/13 - TCU Plenário

***Incidência sobre a parcela global de mão de obra.

APÊNDICE II - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

1. DO INSTRUMENTO

1.1. Durante a vigência contratual, a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultados - IMR como ferramenta de acompanhamento, avaliação e aferição do valor a ser pago pela execução do objeto.

1.2. A aferição da qualidade dos serviços prestados pela Contratada será realizada de forma individualizada, por ordem de serviço/tarefa requisitada.

1.3. Ao participar do certame, a Contratada manifesta no sistema ciência e concordância com o inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos, bem como com as disposições do presente instrumento, não cabendo alegações futuras de desconhecimento, discordância ou questionamento quanto às condições nele estabelecidas.

1.4. A aplicação de descontos decorrentes da aferição do IMR não exime a Contratada da sujeição às sanções administrativas cabíveis, nem afasta a possibilidade de rescisão contratual, tratando-se de medidas autônomas e cumulativas.

2. PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO

2.1.

Critérios		Pontos (0, 1 ou 2)	Ponto atribuído	Observações
Visita técnica, diagnóstico e orçamentos				
1	Visita técnica realizada pelo engenheiro indicado na licitação.	0. Visita técnica não realizada pelo engenheiro indicado, sem justificativa aceita pela fiscalização. 1. Visita técnica inicialmente não realizada pelo engenheiro indicado, com posterior regularização aceita pela fiscalização. 2. Visita técnica realizada integralmente pelo engenheiro indicado na licitação, conforme exigido.	0 () 1 () 2 ()	
		0. Não atendeu ao prazo estabelecido. 1. Atendeu parcialmente ao prazo, com atraso	0 ()	

2	Prazo de visita técnica conforme termo de referência.	justificado e aceito pela fiscalização. 2. Atendeu integralmente ao prazo estabelecido.	1 () 2 ()	
3	Entrega do relatório de diagnóstico e orçamentos dentro do prazo do termo de referência.	0. Não entregou no prazo. 1. Entregou fora do prazo, com atraso justificado e aceito pela fiscalização. 2. Entregou dentro do prazo estabelecido.	0 () 1 () 2 ()	
4	Entrega do relatório de diagnóstico e orçamentos conforme regras do termo de referência da contratação.	0. Em desacordo com as regras contratuais. 1. Parcialmente conforme, com necessidade de ajustes. 2. Totalmente conforme as regras da contratação	0 () 1 () 2 ()	
5	Preposto local ou engenheiro indicado na licitação acompanhou visitas externas no local do serviço quando necessário (orçamentos/material/subcontratação e outras demandas do tipo).	0. Não acompanhou. 1. Acompanhou parcialmente ou com substituição justificada. 2. Acompanhou integralmente quando necessário.	0 () 1 () 2 ()	
Execução				
6	Atendimento de prazo para início do serviço.	0. Início do serviço fora do prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela fiscalização. 1. Início do serviço com atraso, devidamente justificado e aceito pela fiscalização. 2. Início do serviço dentro do prazo estabelecido	0 () 1 () 2 ()	
7	Execução conforme especificações técnicas aprovadas pela fiscalização, prevista no relatório de diagnóstico/orçamento.	0. Execução em desacordo com as especificações técnicas. 1. Execução parcialmente conforme, com necessidade de correções durante ou após a execução. 2. Execução integralmente conforme as especificações técnicas.	0 () 1 () 2 ()	
8	Trabalhadores identificados, com equipamentos de segurança, e em comportamento adequado.	0. Trabalhadores sem identificação, sem uso adequado de EPI ou com conduta inadequada. 1. Identificação, uso de EPI ou conduta parcialmente adequados, com correções durante a execução. 2. Trabalhadores devidamente identificados, com uso correto de EPI e conduta adequada.	0 () 1 () 2 ()	
9	Limpeza após a realização do serviço, com destinação correta de resíduos.	0. Limpeza não realizada ou destinação inadequada dos resíduos. 1. Limpeza realizada de forma parcial ou com necessidade de ajustes. 2. Limpeza realizada adequadamente, com destinação correta dos resíduos.	0 () 1 () 2 ()	
10	Organização durante a realização do serviço, considerando trânsito e segurança.	0. Execução desorganizada, com riscos à segurança ou prejuízo à circulação. 1. Organização parcial, com ajustes solicitados pela fiscalização. 2. Execução organizada, observando adequadamente as condições de segurança e circulação.	0 () 1 () 2 ()	
11	Atendimento de prazo para conclusão do serviço.	0. Conclusão fora do prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela fiscalização. 1. Conclusão com atraso, devidamente justificado e aceito pela fiscalização.	0 () 1 () 2 ()	

		2. Conclusão dentro do prazo estabelecido.		
12	Supervisão do serviço pelo preposto local ou engenheiro indicação na licitação.	0. Serviço executado sem supervisão. 1. Supervisão realizada de forma parcial ou eventual. 2. Serviço devidamente supervisionado pelo preposto local ou engenheiro indicado.	0 () 1 () 2 ()	
Subcontratação				
13	Contratada apresentou Nota fiscal/Recibo e/ou comprovante de pagamento da subcontratação.	0. Não apresentou a documentação. 1. Apresentou parcialmente ou com pendências sanadas posteriormente. 2. Apresentou integralmente e de forma regular.	0 () 1 () 2 ()	
14	Subcontratação foi solicitada à fiscalização e aprovada.	0. Subcontratação realizada sem solicitação ou aprovação. 1. Solicitação apresentada de forma extemporânea, mas regularizada. 2. Subcontratação previamente solicitada e formalmente aprovada.	0 () 1 () 2 ()	
15	Subcontratação dentro dos termos da contratação.	0. Em desacordo com os termos contratuais. 1. Parcialmente conforme, com ajustes exigidos pela fiscalização. 2. Integralmente conforme os termos da contratação.	0 () 1 () 2 ()	
PONTUAÇÃO OBTIDA			<somatório dos pontos obtidos, variando de 0 até 30>	

2.2. Quando, por decisão da fiscalização, não houver necessidade de visita técnica, diagnóstico ou subcontratação, deverá ser atribuída nota máxima (2) ao respectivo item, com registro do fato no campo de observações.

2.3. Da mesma forma, quando não houver subcontratação deverá ser atribuída nota máxima (2) nos itens da seção, com registro do fato no campo de observações.

3. FAIXAS DE FATURAMENTO E TAXA ADICIONAL DE DESCONTO

3.1. Faixas de faturamento:

Pontuação obtida	Desconto
25 a 30 pontos	0% sobre o valor da Ordem
22 a 24 pontos	1% sobre o valor da Ordem
18 a 21 pontos	3% sobre o valor da Ordem
15 a 17 pontos	6% sobre o valor da Ordem
abaixo de 15 pontos	10% sobre o valor da Ordem
	Atenção: evidente desconformidade com o objeto contratado; necessário análise quanto a abertura de processo de sanção administrativa/rescisão contratual, além do desconto do IMR no pagamento.

3.2. Taxa adicional de desconto - agravantes:

Exclusivo para os seguintes Critérios do item 2.1 do IMR	Nota obtida IMR	Desconto extra de
item 1 (engenheiro); item 5 (preposto/engenheiro); item 12 (supervisão); item 14 (subcontratação)	0	1% sobre o valor da Ordem
item 11 (prazo conclusão) demanda padrão	0	1,5% sobre o valor da Ordem
item 11 (prazo conclusão) demanda do tipo emergencial	0	3% sobre o valor da Ordem

DO VALOR FINAL PRA FATURAMENTO

3.3. Será aplicado a seguinte fórmula:

[(VALOR DA ORDEM SERVIÇO APROVADA) - (DESCONTO DO IMR (TABELA 3.1)) - (AGRAVANTE ADICIONAL DE DESCONTO (TABELA 3.2)] = VALOR FINAL PARA FATURAMENTO.

3.4. O desconto do IMR (tabela 3.1) e o desconto adicional (tabela 3.2) são obtidos sobre o valor da ordem de serviço aprovada.




APÊNDICE III - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Consta no processo administrativo SEI nº 23064.050974/2025-51

Consulta pública disponível por meio do link:

https://sei.utfpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0

Orientações:

- 1. informe o número do processo;
- 2. insira o código de confirmação que a página mostrará ();
- 3. clique em pesquisar;
- 4. verifique que o resultado aparecerá abaixo do buscador, na mesma página, bastando clicar no número do processo para leitura/acesso.

Acesso também possível pela página de direcionamento: <https://www.utfpr.edu.br/acesso-a-informacao/pesquisa-publica-sei>





ANEXO II - MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD E EDIÇÃO
EM [HTTPS://NUVEM.UTFPR.EDU.BR/INDEX.PHP/S/RWBSVBSBC9IYOHU](https://nuvem.utfpr.edu.br/index.php/s/rwbsvbsbc9iyohu)

Proposta que faz a licitante xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxx, estabelecida no(a) _____ referente a **Contratação sob demanda de serviço técnico especializado para manutenção predial dos campi Campo Mourão e Guarapuava da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR**, integrantes do Núcleo Centro de Contratação Conjunta da UTFPR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme estabelecido no edital do Pregão Eletrônico nº XX/2026 e seus anexos.

Item	Especificação	Qtde	Un.	BDI fixo na contratação (tipo não desonerado)	Valor <u>anual</u> de referência da licitação (valor máximo e já incluso BDI)	LANCE VENCEDOR PROPOSTA ANUAL (já considera incluso BDI)	Apuração de desconto da licitação
				<i>não alterar!</i>	<i>não alterar!</i>		Cálculo: {(valor anual de ref. da licitação - lance anual vencedor)/valor de ref. da licitação} x 100
1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia destinados à manutenção predial preventiva, corretiva e emergencial, sob demanda , abrangendo intervenções de manutenção, conservação, adaptação e adequação das instalações prediais existentes, desde que não caracterizem obras ou grandes reformas, compreendendo <u>vistoria técnica no local, diagnóstico da solução, elaboração de orçamento e execução dos serviços</u> , com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quando exigível, mediante fornecimento de <u>preposto local, escritório na região</u> , mão de obra especializada, materiais, equipamentos, peças e ferramentas para atendimento das necessidades do Campus Campo Mourão da UTFPR. Localização: Via Rosalina Maria dos Santos, 1233 - Área Urbanizada I, Campo Mourão/PR, CEP 87301-899.	1	Serviço	26,24%	R\$ 745.322,12	R\$ XXX	XX%
2	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia destinados à manutenção predial preventiva, corretiva e emergencial, sob demanda , abrangendo intervenções de manutenção, conservação, adaptação e adequação das instalações prediais existentes, desde que não caracterizem obras ou grandes reformas, compreendendo <u>vistoria técnica no local, diagnóstico da solução, elaboração de orçamento e execução dos serviços</u> , com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quando exigível, mediante fornecimento de <u>preposto local, escritório na</u>	1	Serviço	26,24%	R\$ 626.104,15	R\$ XXXX	XXX%

região, mão de obra especializada, materiais, equipamentos, peças e ferramentas para atendimento das necessidades do Campus Guarapuava da UTFPR. Localização: Av. Guarapuava, 800 - Cidade dos Lagos, Guarapuava/PR, CEP 85053-525.					
---	--	--	--	--	--

Declaro estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

Prazo de validade da proposta: xx (xxxxx) dias (mínimo 60 dias).

Regime de execução: Empreitada por preço unitário.

Endereço completo: E-mail:

Telefone: Fax:

Banco: Agência: Conta bancária:

(sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante)
(Nº Cédula de Identidade)



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **FLAVIA ELAINE TOMEN DE LIMA, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 21/05/2026, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5720901** e o código CRC (and the CRC code) **DB0CF185**.

Referência: Processo nº 23064.023346/2026-84

SEI nº 5720901



ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
PROCESSO 23064.023346/2026-84

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - CAMPUS PONTA GROSSA (UASG) 153178 E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Ponta Grossa, UASG 153178, inscrita no CNPJ 75.101.873/0005-13, sediada na Rua Doutor Washington Subtil Chueire, 330, Jardim Carvalho, **por meio da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Guarapuava**, sediada Av. Guarapuava, 800, Bairro Cidade dos Lagos, CEP 85.051-010, Guarapuava/PR, neste ato representada pelo seu Diretor Geral, Marcelo Henrique Granza, SIAPE XXXXXX, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 23064.019344/2026-91 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XX/2026** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação sob demanda de **serviço técnico especializado** para manutenção predial dos campi Campo Mourão e Guarapuava da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, integrantes do Núcleo Centro de Contratação Conjunta da UTFPR, **abrangendo intervenções de manutenção, conservação, adaptação e adequação das instalações prediais existentes**, desde que não impliquem alteração estrutural, ampliação da área construída ou modificação permanente da configuração arquitetônica da edificação, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATSER	Qtde	Un.	Valor anual (valor máximo) - incluso BDI (uso sob demanda)	Percentual de desconto
1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia destinados à manutenção predial preventiva, corretiva e emergencial, sob demanda, abrangendo intervenções de manutenção, conservação, adaptação e adequação das instalações prediais existentes, desde que não caracterizem obras ou grandes reformas, compreendendo <u>vistoria técnica no local, diagnóstico da solução, elaboração de orçamento e execução dos serviços</u> , com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quando exigível, mediante fornecimento de preposto local, mão de obra especializada, materiais, equipamentos, peças e ferramentas para atendimento das necessidades do Campus Campo Mourão da UTFPR. Localização: Via Rosalina Maria dos Santos, 1233 - Área Urbanizada I, Campo Mourão/PR, CEP 87301-899.	1627	1	Serviço	R\$	%
	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia destinados à manutenção predial					

2	preventiva, corretiva e emergencial, sob demanda, abrangendo intervenções de manutenção, conservação, adaptação e adequação das instalações prediais existentes, desde que não caracterizem obras ou grandes reformas, compreendendo <u>vistoria técnica no local, diagnóstico da solução, elaboração de orçamento e execução dos serviços</u> , com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quando exigível, mediante fornecimento de preposto local, mão de obra especializada, materiais, equipamentos, peças e ferramentas para atendimento das necessidades do Campus Guarapuava da UTFPR. Localização: Av. Guarapuava, 800 - Cidade dos Lagos, Guarapuava/PR, CEP 85053-525.	1627	1	Serviço	R\$	%
---	---	------	---	---------	------------	----------

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Projeto Básico / Termo de Referência do item;

1.3.2. Edital;

1.3.3. A Proposta vencedora do Contratado e Planilha orçamentária de composição dos seus preços;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de **empreitada por preço UNITÁRIO**.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico/Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico/Termo de Referência, previsto na contratação e anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de *30 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.11. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.15. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

8.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Designar preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.6.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.8. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.9. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.10. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.17. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

9.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

9.27. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.29. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do

serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.34. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico/ Termo de Referência, em plena validade.

9.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.36. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.38. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do [artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006](#), de:

a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

c) florestas plantadas; e

d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.39. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do [artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme [artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981](#), e legislação correlata;

c) Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela [Portaria nº 253, de 18/08/2006](#), do Ministério do Meio Ambiente, e [Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014](#), quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.39.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.40. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme [artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), nos seguintes termos:

9.40.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.40.2. Nos termos dos [artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.40.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.40.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.40.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.40.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.40.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.40.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da

Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.41. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.41.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.41.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata.

9.42. Nos termos do [artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.43. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.44. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.45. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, conforme termos do art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte fonte orçamentária:

Programa: 5113 - EDUCAÇÃO SUPERIOR: QUALIDADE, DEMOCRACIA, EQUIDADE E SUSTENTABILIDADE

Ação: 20RK - Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior

Fonte: 1000

PTRES: 229597

Natureza de Despesa (com subitem): 339019.16 - Manutenção e conservação de Bens Imóveis

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Paraná, Seção Judiciária de Guarapuava/PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

O presente documento segue assinado digitalmente por:

MARCELO HENRIQUE GRANZA - Diretor Geral da UTFPR Campus Guarapuava, como CONTRATANTE;

XXXXXXXXXXXXXXXXXX - Representante legal, como CONTRATADO; e

LUIS FERNANDO SEQUINEL - Diretor de Planejamento e Administração da UTFPR Campus Guarapuava, como TESTEMUNHA.



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **FLAVIA ELAINE TOMEN DE LIMA, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 21/05/2026, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5720914** e o código CRC (and the CRC code) **75CEC2ED**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato – Licitação e Contratação Direta – Obras e Serviços de Engenharia - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: DEZ/2025

Referência: Processo nº 23064.023346/2026-84

SEI nº 5720914



ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

(Subitem 9.40 do Termo de Referência)

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins, que:

Possui ou instalará escritório em local que atenda às exigências de distância e demais regras estabelecidas no item 4.16 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico XXX/2026, comprometendo-se a cumprir integralmente tais condições durante toda a execução contratual.

Declara, ainda, estar ciente de que o não atendimento a essa exigência poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente e no instrumento convocatório.

Por ser verdade, firma a presente declaração.

Local e data: _____

Nome do representante legal
Cargo
Assinatura



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **FLAVIA ELAINE TOMEN DE LIMA, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 21/05/2026, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador (informing the verification code) **5720946** e o código CRC (and the CRC code) **73464527**.